



Processo n. 108.167/16

CONTRATO N. 2016/157.0

CONTRATO CELEBRADO ENTRE A  
CÂMARA DOS DEPUTADOS E A  
CLARO S.A. OBJETIVANDO A  
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE  
ACESSO À INTERNET E DE TV POR  
ASSINATURA.

Ao(s) *três* dia(s) do mês de *novembro* de dois mil e dezesseis, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o n. 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor Administrativo, o senhor ROMULO DE SOUSA MESQUITA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília - DF, e a CLARO S.A., situada na Rua ST SCN 1, Bloco A, Térreo, Sala 01, Asa Norte, Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o n. 40.432.544/0440-04, daqui por diante denominada CONTRATADA, e neste ato representada por sua Procuradora, a Diretora de Operação, WANDA ALVES PEREIRA, brasileira, residente e domiciliada em Brasília, e por seu Procurador, o Gerente Administrativo Regional, ANTÔNIO SOARES DE LIMA NETO, brasileiro, residente e domiciliado em Brasília, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente Contrato, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n. 8.666, de 21/6/93 em especial o inciso II do artigo 24, e alterações posteriores, daqui por diante denominada simplesmente LEI, na Lei n. 10.520, de 17/7/02, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n. 80, de 7/6/01, publicado no D.O.U. de 5/7/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto do presente Contrato é a prestação de serviços de acesso à Internet, compreendendo instalação, configuração, ativação, cessão de equipamentos em comodato e suporte técnico, e de TV por assinatura, com os respectivos aparelhos decodificadores em HD, sendo o gravador digital integrado apenas no ponto principal, pelo período de 12 (doze) meses, de acordo com as quantidades e especificações técnicas descritas na Proposta da CONTRATADA e no Anexo Único deste Contrato.

Parágrafo primeiro – Fazem parte do presente Contrato, para todos os efeitos, a proposta da CONTRATADA datada de 22/08/2016.

Parágrafo segundo – No interesse da CONTRATANTE, o valor deste Contrato poderá ser aumentado ou diminuído em até 25% (vinte e cinco por cento), em razão de acréscimos ou exclusões de componentes do objeto, nas

*[Assinaturas manuscritas]*



mesmas condições da proposta da CONTRATADA, em conformidade com o artigo 65, parágrafo 1º, da LEI, correspondente ao artigo 113, parágrafo 1º, do REGULAMENTO, e previsto no subitem 1.2 do EDITAL.

Parágrafo terceiro – As supressões além desse limite são facultadas por acordo entre as partes, em conformidade com o artigo 65, parágrafo 2º, inciso II, da LEI, correspondente ao artigo 113, parágrafo 2º, do REGULAMENTO.

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO**

Os serviços objeto do presente Contrato deverão ser executados com observância às especificações e demais disposições gerais descritas no Anexo Único deste instrumento contratual e na proposta da CONTRATADA.

Parágrafo único – Em caso de divergências entre as especificações deste Contrato e da proposta da CONTRATADA, prevalecerão as constantes deste instrumento contratual.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

A instalação da rede e ativação de todos os pontos será feita até o dia útil imediatamente posterior à assinatura deste Contrato.

Parágrafo primeiro – A execução da rede de distribuição é de inteira responsabilidade da CONTRATADA, inclusive a conexão dos aparelhos de TV existentes à referida rede.

Parágrafo segundo – Os equipamentos e materiais necessários à completa ativação da rede de distribuição e que serão instalados na dependência da CONTRATANTE, são de propriedade da CONTRATADA e serão cedidos à CONTRATANTE em regime de comodato.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA deverá apresentar ao órgão responsável relação de bens de sua propriedade que venham a ser instalados nas dependências da CONTRATANTE.

Parágrafo quarto – A CONTRATANTE colocará à disposição da CONTRATADA a infraestrutura que se fizer necessária, podendo incluir eletrocalhas, tubulações, pontos de energia elétrica, pontos de aterramento e outros recursos afins.

Parágrafo quinto – As obras civis que se fizerem necessárias serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

Parágrafo sexto – Todos os procedimentos técnicos adotados pela CONTRATADA, durante a instalação, seguirão os padrões de qualidade observados na CONTRATANTE.

Parágrafo sétimo – A CONTRATANTE poderá, a seu critério, determinar o refazimento de serviços considerados inadequados ou realizados fora dos padrões de qualidade estabelecidos, sem prejuízo dos prazos estabelecidos neste Contrato.

Parágrafo oitavo – Os serviços de instalação serão desenvolvidos na Residência Oficial da Câmara dos Deputados, localizada no endereço QL 12,



Cj 11, Casa 5, Lago Sul, Brasília-DF nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, entre 9h e 18h30, mediante agendamento prévio.

Parágrafo nono – A rede de distribuição dos sinais no interior do imóvel da CONTRATANTE deverá ser realizada exclusivamente por meio de cabos coaxiais ou de fibras óticas.

Parágrafo décimo – Na hipótese da utilização de radiofrequência para recepção dos sinais destinados à distribuição, a antena receptora deverá ser instalada em um único local, a ser indicado pelo órgão responsável.

Parágrafo décimo primeiro – A aceitação definitiva será concedida após concluída a instalação de toda a rede e a ativação de todos os pontos, bem como a verificação do seu pleno funcionamento.

Parágrafo décimo segundo – Somente após a aceitação definitiva da instalação e ativação dos pontos, a CONTRATADA passará a ser remunerada mensalmente em função dos serviços efetivamente prestados.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS DO FORNECIMENTO DOS SERVIÇOS**

Os serviços deverão ser fornecidos durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, no curso da vigência contratual.

Parágrafo primeiro – Entende-se por Taxa Útil Operacional (TUO), a porcentagem apurada mensalmente da disponibilidade real dos serviços contratados.

Parágrafo segundo – A TUO será calculada por meio da expressão matemática abaixo:

$$TUO(\%) = ((THC - THP) / THC) \times 100$$

onde:

TUO(%) - Taxa Útil Operacional, em porcentagem

THC(h) - total de horas do serviço contratadas por mês

THP(h) - total de horas de serviço não fornecido por mês

Parágrafo terceiro – Após a ativação do sistema, a CONTRATADA obriga-se a manter Taxa Útil Operacional (TUO) mínima de 96% (noventa e seis por cento).

Parágrafo quarto – Independentemente da aplicação das sanções previstas neste Contrato, a critério da CONTRATANTE, poderão ser descontados os valores proporcionais ao total de horas de interrupção do fornecimento dos serviços.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA GUARDA DOS EQUIPAMENTOS**

Todos os equipamentos que venham a ser instalados no imóvel da CONTRATANTE serão de propriedade única da CONTRATADA, cabendo à CONTRATANTE tão somente a posse precária desses, sem qualquer ônus adicional.



Parágrafo primeiro – Com relação ao uso e à posse dos equipamentos mencionados no caput desta Cláusula, a CONTRATANTE não poderá modificar, rearranjar, desconectar, remover, fazer reparos, alterações e/ou mudanças de qualquer natureza no sistema, sem prévia autorização da CONTRATADA.

Parágrafo segundo – A CONTRATANTE tomará os cuidados necessários ao manuseio dos equipamentos, os quais, quando retirados pela CONTRATADA, por ocasião do término ou rescisão contratual deverão estar nas mesmas condições recebidas, excetuando o desgaste natural durante o período de uso desses.

Parágrafo terceiro – Até 30 (trinta) dias úteis após o término de vigência deste Contrato, os equipamentos deverão ser retirados das dependências da CONTRATANTE, mediante “Guia de Autorização de Saída” emitida pela Coordenação de Patrimônio da CONTRATANTE.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO TÉCNICA**

Para efeito dos termos desta Cláusula, serão consideradas as seguintes definições:

- a) manutenção preventiva – série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de defeitos nos equipamentos e demais componentes do sistema;
- b) manutenção corretiva – série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e demais componentes do sistema em seu perfeito estado de funcionamento.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá agendar, junto ao órgão responsável, quaisquer intervenções de manutenção preventiva e/ou corretiva.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA deverá atender e solucionar os chamados de manutenção corretiva em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação do órgão responsável.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA deverá realizar os serviços técnicos exclusivamente por profissionais especializados, integrantes do quadro próprio ou por ela formalmente credenciados.

Parágrafo quarto – A CONTRATADA será responsável por danos diretos decorrentes da execução de serviços de manutenção na rede de distribuição, devendo tomar todas as medidas consideradas necessárias pelo órgão responsável para a reparação dos referidos danos.

Parágrafo quinto – Os serviços serão executados, em dias úteis, das 8h às 17h, nas dependências da CONTRATANTE, exceto quando se tratar de serviços de natureza complexa, caso em que o equipamento, a critério do órgão responsável poderá ser removido para oficina da CONTRATADA, mediante solicitação por escrito.

*(Assinaturas manuscritas)*



Parágrafo sexto – Na hipótese do equipamento ser removido, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro de mesma característica técnica, quando então, ficará suspensa a contagem do prazo de reparação.

Parágrafo sétimo – Caberá ao órgão responsável solicitar ao Departamento de Material e Patrimônio da CONTRATANTE autorização para a saída de qualquer equipamento, ou parte, devendo a CONTRATADA comunicar àquele Departamento, por escrito, a sua devolução, devendo constar do documento a assinatura do responsável pelo órgão de onde o equipamento foi retirado.

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da CONTRATADA aquelas enunciadas neste instrumento contratual, além das instruções complementares do órgão responsável, quanto à execução e ao horário de realização dos serviços, permanência e circulação de pessoas na Residência Oficial da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como Correclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE, sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

Parágrafo quarto – A não apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará o descumprimento de cláusula contratual, podendo, inclusive, ensejar a rescisão deste Contrato, nos termos do disposto no artigo 78 da LEI, correspondente ao artigo 126 do REGULAMENTO.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA fica obrigada a manter, durante toda a execução desta contratação, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no momento da contratação.

Parágrafo sexto – A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade por danos ou desvios eventualmente causados ao patrimônio da CONTRATANTE ou de terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou



prepostos, na área de prestação dos serviços, mesmo que fora do exercício das atribuições previstas neste Contrato.

Parágrafo sétimo – A CONTRATADA comunicará, verbal e imediatamente, ao órgão responsável, todas as ocorrências anormais verificadas na execução dos serviços e, em até 1 (um) dia útil após o ocorrido, reduzirá a escrito a comunicação verbal, acrescentando todos os dados e circunstâncias julgados necessários ao esclarecimento dos fatos e entregará o termo ao órgão responsável.

Parágrafo oitavo – Os empregados da CONTRATADA, por esta alocados na execução dos serviços, embora sujeitos às normas disciplinares ou convencionais da CONTRATANTE, não terão com ela qualquer vínculo empregatício.

Parágrafo nono – Todas as obrigações tributárias, trabalhistas e sociais da CONTRATADA e de seus empregados serão de sua inteira responsabilidade.

#### **CLÁUSULA OITAVA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo não cumprimento de suas obrigações contratuais, execução insatisfatória dos serviços ou omissão ou outras faltas, não justificadas ou caso a CONTRATANTE julgue improcedente as justificativas, serão aplicadas à CONTRATADA as multas e demais sanções administrativas previstas neste Contrato, observadas as condições nele indicada, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 e 88 da LEI, correspondente ao artigo 134 e 135 do REGULAMENTO.

Parágrafo primeiro – Não serão aplicadas sanções administrativas na ocorrência de casos fortuitos, força maior ou razões de interesse público, devidamente comprovados.

Parágrafo segundo – As sanções serão aplicadas com observância aos princípios da ampla defesa e do contraditório.

Parágrafo terceiro – A aplicação de sanções administrativas não reduz nem isenta a obrigação da CONTRATADA de ressarcir integralmente eventuais danos causados a Administração ou a terceiros.

Parágrafo quarto – Pelo descumprimento de obrigações assumidas, considerada a gravidade da transgressão, serão aplicadas as sanções previstas no art. 87 da LEI, a saber:

- a) advertência, formalizada por escrito;
- b) multa, nos casos previstos neste Contrato;
- c) suspensão temporária para licitar e impedimento para contratar com a CONTRATANTE;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, nos termos da lei.



Parágrafo quinto – Ocorrendo atraso injustificado ou com justificativa não aceita pela CONTRATANTE na instalação da rede e/ou ativação dos pontos, à CONTRATADA será imposta multa calculada sobre o valor da contratação, de acordo com a seguinte tabela:

DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA	DIAS DE ATRASO	ÍNDICE DE MULTA
1	0,1%	15	2,0%	29	5,7%
2	0,2%	16	2,2%	30	6,0%
3	0,3%	17	2,4%	31	6,4%
4	0,4%	18	2,6%	32	6,8%
5	0,5%	19	2,8%	33	7,2%
6	0,6%	20	3,0%	34	7,6%
7	0,7%	21	3,3%	35	8,0%
8	0,8%	22	3,6%	36	8,4%
9	0,9%	23	3,9%	37	8,8%
10	1,0%	24	4,2%	38	9,2%
11	1,2%	25	4,5%	39	9,6%
12	1,4%	26	4,8%	40	10,0%
13	1,6%	27	5,1%		
14	1,8%	28	5,4%		

Parágrafo sexto – Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% da quantia definida na Portaria n. 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

Parágrafo sétimo – Não se aplica o disposto no parágrafo anterior, quando verificada, num período de 60 (sessenta) dias, a ocorrência de multas que somadas ultrapassem o valor fixado para inscrição em Dívida Ativa da União.

Parágrafo oitavo – Transcorridos 40 dias após o prazo de execução previsto no caput da Cláusula Terceira, sem que a CONTRATADA tenha instalado a rede e/ou ativado os pontos, além da multa prevista, poderá, a critério CONTRATANTE, ser cancelada, parcial ou totalmente, a Nota de Empenho, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Parágrafo nono – A CONTRATADA será também considerada em atraso se executar o objeto em desacordo com as especificações e não corrigir as inconsistências apresentadas dentro do período remanescente do prazo de execução fixado neste Contrato.

Parágrafo décimo – Na hipótese de abandono da contratação, a qualquer tempo, ficará a CONTRATADA sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor remanescente do contrato, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.



Parágrafo décimo primeiro – Poderão ser impostas, ainda, à CONTRATADA multas por infração cometida, de acordo com a tabela abaixo, incidentes sobre o valor mensal do serviço correspondente (TV por assinatura ou acesso à Internet):

INFRAÇÃO		PERCENTUAL
DEIXAR DE:		
1	atender e solucionar chamado para manutenção, conforme Cláusula Sexta deste Contrato, por hora de atraso	1,0%
2	atender à determinação para refazimento dos serviços, conforme estabelecido no parágrafo sétimo da Cláusula Terceira deste Contrato	5,0%
3	fornecer, injustificadamente, a grade mínima de programação estabelecida no proposta	2,0%
4	reparar possíveis danos diretos causados à CONTRATANTE, pelos serviços de instalação e/ou manutenção, conforme o parágrafo quarto da Cláusula Sexta deste Contrato	2,0%
5	manter, sem justificativa, a Taxa Útil Operacional (TUO) mínima estabelecida na Cláusula Quarta deste Contrato, por mês apurado	3,0%
6	cumprir qualquer outra obrigação decorrente das disposições contratuais, por ocorrência	1,0%

Parágrafo décimo segundo – Os valores relativos a multas aplicadas e a danos e prejuízos eventualmente causados serão descontados dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE ou recolhidos pela CONTRATADA à Coordenação de Movimentação Financeira, dentro de 5 (cinco) dias úteis, a partir da sua notificação por carta, ou ainda, cobrados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo décimo terceiro – As multas previstas nesta Cláusula estão limitadas, em qualquer caso, a 10% (dez por cento) do valor total deste Contrato.

#### **CLÁUSULA NONA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO**

O preço total do presente Contrato é de R\$ 7.383,60 (sete mil, trezentos e oitenta e três reais e sessenta centavos), considerado o seguinte:

	Valor anual por serviço (R\$)
TV por assinatura com 1 ponto principal e 3 pontos adicionais	5.404,80
Serviço de acesso à internet	1.978,80
TOTAL	7.383,60

Parágrafo primeiro – O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela CONTRATANTE será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.



Parágrafo segundo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA, em agência bancária indicada, mediante a apresentação, em duas vias, de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, após atestação pelo órgão responsável. A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo terceiro – A nota fiscal/fatura deverá vir acompanhada do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), todos dentro dos prazos de validade neles expressos.

Parágrafo quarto – O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados a partir do aceite definitivo do serviço e da comprovação da regularidade da documentação fiscal e trabalhista apresentada, prevalecendo a data que ocorrer por último.

Parágrafo quinto – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data referida no parágrafo anterior e a correspondente ao efetivo pagamento da nota fiscal/fatura, a serem incluídos na fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{i}{365} \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

Parágrafo sexto – Quando aplicável, o pagamento efetuado pela CONTRATANTE estará sujeito às retenções de que trata o artigo 31 da Lei n. 8.212, de 1991, com a redação dada pelas Leis n. 9.711, de 1998, e 11.933, de 2009, além das previstas no artigo 64 da Lei n. 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos.

Parágrafo sétimo – Estando a CONTRATADA isenta das retenções referidas no parágrafo anterior, a comprovação deverá ser anexada à respectiva fatura.

Parágrafo oitavo – As pessoas jurídicas enquadradas nos incisos III, IV e XI do art. 4º da Instrução Normativa RFB n. 1.234, de 2012, dispensadas da retenção de valores correspondentes ao Imposto de Renda e às contribuições administrativas pela Receita Federal do Brasil, deverão apresentar, a cada

*[Assinaturas manuscritas]*



pagamento, declaração em 2 (duas) vias, assinadas pelo seu representante legal, na forma dos Anexos II, III e IV do referido documento normativo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto das Notas de Empenho n. 2016NE003039 e n. 2016NE003040, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:  
01.031.0553.4061.5664 – Processo Legislativo, Fiscalização e Representação Política
- Natureza da Despesa:
  - 3.0.00.00 – Despesas Correntes
  - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
  - 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
  - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Contrato terá vigência de 03/11/16 a 02/11/17.

**Parágrafo único** – Este Contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ÓRGÃO REPONSÁVEL**

Considera-se órgão responsável o Departamento Técnico da CONTRATANTE, situado no 18º andar do Edifício Anexo I, que designará servidor responsável pelos atos de acompanhamento, controle e fiscalização do contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Justiça Federal em Brasília, Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, para decidir as demandas judiciais decorrentes do cumprimento deste Contrato.

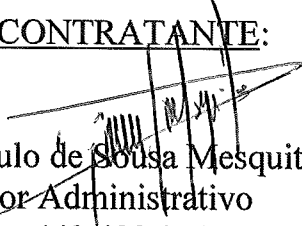


CÂMARA DOS DEPUTADOS

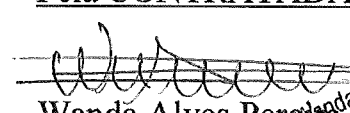
E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

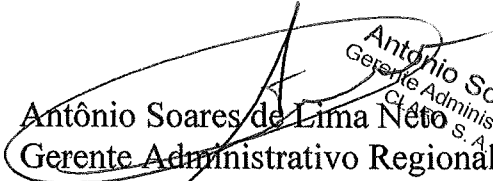
Brasília, 3 de Novembro de 2016.

Pela CONTRATANTE:

  
Romulo de Sousa Mesquita  
Diretor Administrativo  
CPF n. 443.493.351-53

Pela CONTRATADA:

  
Wanda Alves Pereira  
Diretora de Operação  
CPF n. 635.317.046-72

  
Antônio Soares de Lima Neto  
Gerente Administrativo Regional  
CPF n. 030.560.844-40

Testemunhas:

- 1) Detônio Pereira Lima CPF=007.914.341-50
- 2) Aluísio 8008

CCONT/AV



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Processo n. 108.167/16

CONTRATO N. 2016/157.0

**ANEXO ÚNICO**

**DAS ESPECIFICAÇÕES**

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	UNIDADE	QTD
1	40019 <b>CONTRATAÇÃO DE ENLACES INTERNET</b>	Serviço	<i>SERVIÇO</i>	1
CARACTERÍSTICA(S): Prestação de serviço de acesso à Internet, compreendendo instalação, configuração, ativação, cessão de equipamentos em comodato e suporte técnico; taxa mínima de download: 10 Mbps; taxa mínima de upload: 1 Mbps; provimento de, no mínimo, 1 (um) IP Fixo; disponibilização de roteador Wi-fi. LOCAL(IS) DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: QL 12, Cj. 11, casa 05, Lago Sul, Brasília/DF.				
2	30873 <b>TV POR ASSINATURA</b>	Serviço	<i>SERVIÇO</i>	1
CARACTERÍSTICA(S): TV por assinatura com 1 ponto principal e 3 pontos adicionais; aparelhos decodificadores em HD; gravador digital integrado, apenas no ponto principal, com funcionalidades mínimas de agendamento de gravação (por horário e por programas) e pausa e replay da programação ao vivo; pacote com, no mínimo, 140 de canais de TV (incluídos, pelo menos, 40 canais em HD) que englobem canais de notícias, de documentários, de filmes, educativos e culturais, esportivos e canais da TV aberta. LOCAL(IS) DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO: QL 12, Cj. 11, casa 05, Lago Sul, Brasília-DF.				